

Aprovadas alterações no Orçamento

por Eduardo Hollanda
de Brasília

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem uma série de alterações ao relatório preliminar do projeto do Orçamento Geral da União para 1992, elaborado pelo relator-geral, deputado João Alves (PFL-BA), garantindo um aumento nos percentuais dos recursos de custeio; investimento em projetos em andamento; e em projetos novos, que poderão ser remanejados pelos parlamenta-

res. Agora, 3% das verbas de custeio — aproximadamente Cr\$ 150 bilhões — poderão ser remanejadas para investimento, contra 1% da proposta original do relator.

Na parte das verbas de investimento, onde o governo previa apenas 2% disponíveis, projetos já em andamento poderá ter 15% dos recursos remanejados, enquanto os projetos novos, onde se incluem os CIAC, terão 25% dos recursos passíveis de remanejamento.

A aprovação dos dois pri-

meiros pontos já era esperada, por haver acordo prévio entre os partidos. Mas o percentual para os projetos novos só foi aprovado após várias horas de discussão, tendo sido votada antes, e derrotada, proposta do PSDB, que não estabelecia limites para projetos específicos e sim um global de 50% nos projetos novos. A emenda vitoriosa, do deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), no entanto, será objeto de processo movido pelo PT e pelo PSDB junto à Presidência do Senado, sob arguição de ilegalidade. A questão toda foi causada por uma subemenda de redação, que buscava corrigir um erro do texto original da emenda, trocando "despesas correntes" por "despesas de capital". Isto se referia aos recursos destinados às obras em andamento e às novas, que poderiam ser remanejados. Na modificação, foi suprimida também a referência ao montante global dos recursos, o que fez com que os cortes se tornassem lineares, para todos os projetos.

Segundo os deputados José Genoíno, do PT, e Paulo Hartung, do PSDB, o regimento proíbe mudanças no mérito de projetos depois de encerrado o prazo de emendas. No entanto, o presidente da Comissão,

Ronaldo Aragão, deputado do PMDB de Roraima, acabou permitindo a mudança. Mas, mesmo com a possível ação de ilegalidade, as alterações já servem para mudar o campo de trabalho dos 56 sub-relatores, que serão designados hoje.

As alterações, que deverão incorporar parte das 74 mil emendas apresentadas pelos parlamentares, vão ser feitas em cima dos recursos proporcionados pelos percentuais específicos de cada setor. Como os percentuais passaram a ser lineares, isto é, para cada projeto dos vários setores em que será dividido o orçamento de Cr\$ 52 trilhões, o resultado, na prática, deverá ser um corte em cada projeto no percentual de 3%, 15% e 25%, porque a necessidade de atender ao maior número de emendas vai acabar impedindo que um projeto tenha menos dinheiro desviado para outra aplicação. O relator-geral, João Alves, acredita que até o dia 10 de novembro o relatório final, com a análise das emendas, estará pronto para iniciar os debates no plenário do Congresso.

Alves acha que o volume de emendas "não é um problema tão grande assim, pois a maior parte termina sendo repetitiva, facilitando o enxugamento".